

Tebet apoiou Estevão, afirma ACM

Na véspera da renúncia, pefelista atribui a presidente do Conselho de Ética voto contra cassação de ex-peemedebista

CARMEN KOZAK E
FERNANDO BIZERRA JR.
Enviados especiais

SALVADOR – O já quase ex-senador Antonio Carlos Magalhães afirmou ontem que o presidente do Conselho de Ética, Ramez Tebet (PMDB-MS), votou contra a cassação de Luiz Estevão. ACM disse que confirmará a lista com os votos dos senadores na cassação de Luiz Estevão, caso ela apareça. “Eu não apresento (a lista). Mas, se aparecer, eu confirmo”, declarou. Como exemplo, citou o voto que seria de Ramez Tebet no processo contra o ex-peemedebista de Brasília.

“O Tebet votou com o Luiz Estevão.” Deu uma pista enigmática dos senadores que deveriam se preocupar com a lista. “Quem brigou mais”, numa referência indireta a membros da oposição (leia texto abaixo).

Tebet reagiu, desqualificando o depoimento de ACM. “Toda afirmação sobre voto e lista que parte do senador Antonio Carlos só demonstra a sua culpabilidade inequívoca no processo. Tudo o que ele falar agora não tem nenhuma credibilidade depois de tanta mentira”, criticou. Tebet não negou, entretanto, a afirmação de ACM. O peemedebista preferiu manter o seu voto em segredo. “Sobre o meu voto não posso falar, porque ele é secreto. E, na minha condição de presidente do Conselho, ficaria complicado”, justificou-se.

Vingança – A identificação do voto de Tebet, que integra o comando do PMDB, tem sabor de vingança para ACM. Na semana passada, o líder baiano atribuiu a aprovação do pedido de processo de cassação de seu mandato ao que denominou de postura “fascista”, “facciosa” e “premeditada” de Tebet na presidência do Conselho. Estevão, à época da cassação, em junho do ano passado, contou com os votos de parte do comando do partido. Há dois dias, ACM, 73 anos, dá como certo o surgimento da lista que provocou a maior enrascada política dos 47 anos de sua carreira. “A lista vai aparecer”, tem repetido.

O senador já fez pelo menos um exercício de memória em relação à lista de votos da cassação. Há pouco mais de um mês, uma lista foi colocada em uma página da Internet. Cópias foram tiradas em todos os gabinetes do Senado, da Câmara e do Planalto. À época, a primeira confirmação de que se tratava de uma fraude partiu de parlamentares carlistas, que atribuíram a checagem a ACM. Nomes e votos voltaram a ser cogitados, abertamente nos gabinetes do Senado.

No início da noite de ontem,

antes de embarcar para Brasília, ACM exibiu o calhamaço do discurso de renúncia que fará, amanhã, no plenário do Senado. Levou consigo duas cópias. “Está pronto. Saiu um bom discurso. Está ameno”, afirmou. Há três dias, o ex-presidente do Senado disse que o presidente Fernando Henrique Cardoso deveria preocupar-se com o pronunciamento. Sua intenção anunciada, para temor do Palácio do Planalto e da cúpula nacional do PFL, é atrelar o governo com o inimigo e presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA). ACM ficará em Brasília até quinta-feira, quando toma posse em sua vaga o primeiro suplente e filho, o empresário Antonio Carlos Magalhães Júnior, 48 anos.

Apreensão – O Planalto e a direção nacional pefelista estão apreensivos com o discurso. No PFL, há a expectativa de que o senador não seja tão enfático nos prometidos ataques ao governo Fernando Henrique e deixe de lado a ideia de recomendar que o filho Júnior assine a CPI da Corrupção. Mera expectativa, já que o PFL optou por não tentar interferir no tom a ser adotado pelo ex-presidente do Senado. Apostou no faro político de ACM para perceber que não interessa ao partido criar novas arestas com o governo, até porque ainda não foi decidido se haverá ou não rompimento da aliança com o PSDB em 2002. “Ele não vai gastar todas as balas do cartucho de uma só vez”, palpitou um integrante do comando do partido.

Sem contar que o confronto, entendem pefelistas, poderá comprometer o acordo tácito com o Planalto para a preservação dos espaços ocupados por apadrinhados pelo PFL baiano no governo federal. Essa trégua, conta um dirigente pefelista, teria sido negociada há dois meses pelo Planalto com intermediadores credenciados por ACM. Entre eles, o governador da Bahia, César Borges, e o senador Paulo Souto. No PMDB, de Jader Barbalho, e no PSDB, silêncio absoluto. A orientação geral é evitar polêmicas até o discurso.

O senador passou a maior parte do dia em seu apartamento em Salvador, no bairro da Graça. Embora o embarque para Brasília estivesse sendo aguardado desde a manhã, só aconteceu à noite. Tudo para esperar a chegada de Edilson, do Flamengo, um baiano que representa um time carioca rubro-negro como o Vitória de ACM. Para o jogador tricampeão, ACM é o “legítimo representante da Bahia” e está sendo vítima de uma “injustiça”.



Antonio Carlos acena para admiradores na saída do edifício onde mora, no bairro da Graça, área nobre da capital baiana